

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL N ° 311

Período: 25/10/2008 a 31/10/2008

GEDES -Brasil

- 1- Lei de Anistia é questionada na OEA
- 2- Exército participará do combate a epidemia de dengue
- 3- Militares relatam torturas na Guerrilha do Araguaia
- 4- Projeto F-X2 entra em nova etapa de negociações

1- Lei da Anistia é questionada na OEA

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Organização Não Governamental (ONG) Center for Justice and International Law (Cejil) solicitou à Organização dos Estados Americanos (OEA) uma audiência com a finalidade de requerer do Brasil satisfações acerca da utilização da Lei da Anistia – questionando se ela perdoa ou não os torturadores do regime militar brasileiro (1964-1985). A audiência ocorreu no dia 27/10/08, na sede da OEA, em Washington, e reuniu representantes do governo e de entidades ligadas à área de direitos humanos. Ainda segundo o jornal, a Cejil argumenta que a violência e a tortura da ditadura foram perdoadas no Brasil, que o país interpreta de maneira incorreta a legislação sobre o assunto, visto que os tratados internacionais prevêm a tortura como crime contra a humanidade, portanto, não passível de indulto e imprescritível. Os resultados da audiência apontam para o esclarecimento sobre o alcance da lei por parte do governo brasileiro, o qual deverá receber uma interpelação formal da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à OEA. Há um entrave nessa questão, pois o Ministério da Justiça e a Comissão de Anistia compartilham a posição das cortes internacionais, no entanto, a opinião da Advocacia-Geral da União (AGU) vem contra isso. A sessão na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA não significa que o Brasil será punido, apenas tem a finalidade de esclarecimento da situação. Paulo Abrão Pires, presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, afirmou que o Brasil poderá ser punido caso o Supremo Tribunal Federal (STF) mantenha sua posição de considerar que a Lei de Anistia atual abarcou todos os crimes, mas que é a suprema corte nacional que dirá se há tal previsão. Pires e o ministro da Justiça, Tarso Genro, posicionam-se a favor das punições dos torturadores, enquanto o ministro da Defesa, Nelson Jobim, se disse contrário. Conforme noticiou ainda *O Estado de S. Paulo*, um parecer recente da AGU afirma que a Lei anistiou tanto os militares de esquerda, como os que agiram no período, perdoadando, portanto, os dois lados envolvidos no conflito. Segundo o jornal supracitado e os jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, a Comissão de Mortos e Desaparecidos afirmou em nota que a AGU adota uma posição pró-torturadores ao corroborar com a tese de que a Lei da Anistia também abrange crimes de tortura praticados por agentes do Estado e não só os crimes políticos. No dia 29/10/08 o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) fez um apelo público para que o STF julgue o mais rapidamente possível a questão. A OAB propôs o julgamento da ação em 21 de outubro, com o objetivo de que o STF conclua que a Lei da Anistia não beneficia os agentes que atuaram na polícia e Forças Armadas como repressores durante a ditadura. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o secretário especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, exigiu no dia 31/10/08 que a AGU reveja imediatamente o parecer. Segundo Vannuchi, o

Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, concorda com seu posicionamento e teria afirmado, quando chamou Vannuchi para assumir o cargo, que se sentia insatisfeito com o encaminhamento dado pelo governo ao tema dos mortos e desaparecidos do regime militar. Entretanto, segundo a *Folha de S. Paulo*, o presidente não se manifestou sobre o caso e que quer evitar que a polêmica se exponha e prolongue. Entre os ministros, a maioria se posiciona de forma a não confrontar-se com o Ministério da Defesa e as Forças Armadas. Segundo o advogado da AGU, ministro José Antonio Dias Toffoli, nenhum pedido de reanálise chegou a ele e por isso não se manifestou sobre o caso. Além disso, a AGU e o Ministério da Defesa são contra o processo que pretende tornar públicos documentos do período militar, sendo que o MD encaminhou documento afirmando que o Exército não possui documentos do período. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, ligada à Secretaria de Direitos Humanos, criticou esta postura, declarando que a "União, convidada a alinhar-se com o Ministério Público, preferiu assumir postura que beneficia os torturadores". (Folha de S. Paulo – Brasil – 30/10/08; Folha de S. Paulo – Brasil; Jornal do Brasil – País – 30/10/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 25/10/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/10/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/10/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/10/08).

2- Exército participará do combate à epidemia de dengue

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, as Forças Armadas deverão estar presentes em alguns estados no combate à epidemia de dengue no verão de 2009. O planejamento está sendo feito entre os Ministérios da Saúde e da Defesa. José Gomes Temporão, ministro da Saúde, afirmou no dia 24/10/08 que homens do Exército iniciarão treinamento já nesse mês. No ano de 2008, os militares já estiveram combatendo a dengue no estado do Rio de Janeiro (RJ). (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/10/08).

3- Militares relatam torturas na Guerrilha do Araguaia

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* militares que participaram, na primeira metade dos anos 1970, da repressão montada pelo Exército à guerrilha organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) na região do Araguaia, formada por áreas dos estados do Pará, norte do Tocantins e sul do Maranhão, contaram, em depoimento ao Ministério Público do estado do Pará, que presenciaram torturas e morte de guerrilheiros e camponeses por militares. Setenta corpos continuam desaparecidos. O Exército anunciou que não comentará as novas revelações. Cerca de dez depoimentos foram prestados em 2005 por iniciativas dos militares, os quais serviram de base para ações movidas pela Justiça Federal de Brasília, relacionadas ao requerimento de indenização por parte de 600 ex-combatentes, por seqüelas físicas e mentais sofridas no Araguaia. De acordo com declarações do ex-soldado Raimundo Pereira de Melo a Marinha não relatou fielmente a morte da guerrilheira Telma Regina Cordeiro Correa (Lia), o que por sua vez, fundamenta enganos nos relatos históricos do período. Outro depoimento, o do ex-soldado, combatente Jairo Pereira é inédito por constituir testemunho ocular das torturas praticadas contra o deputado federal José Genoíno do partido dos trabalhadores (PT-SP), por militares, em Xambioá, Estado do Tocantins. (Folha de S. Paulo – Brasil – 25/10/08).

4- Projeto F-X2 entra em nova etapa de negociações

Segundo o *Jornal do Brasil*, a Comissão Gerencial do Projeto F-X2, encarregada de substituir a frota de caças supersônicos da Força Aérea Brasileira (FAB), entregou no dia 30/10/08 às empresas Boeing (americana), Dassault (francesa) e Saab (Sueca), finalistas do projeto que envolve o reaparelhamento da FAB, o denominado Pedido de Oferta, sobre as propostas de cada uma das fabricantes. O reaparelhamento deve começar a partir de 2014 com a substituição da atual frota de Mirage 2000, F-5M e A-1M. Na resposta ao pedido, as empresas devem enviar o detalhamento das especificações sobre aspectos comerciais, técnicos, operacionais, logísticos, industriais, compensação comercial e de transferência tecnológica. A resposta deve ser enviada até o dia 02/02/2009, sendo que, para o governo brasileiro, os dois pontos mais importantes a ser considerados obrigam que a empresa vendedora se comprometa a transferir a tecnologia empregada na fabricação da aeronave e ofereça compensações comerciais atraentes. Dessa forma, o Alto Comando da Aeronáutica espera que o Brasil desenvolva a indústria de aviões de defesa. O Pedido de Oferta inaugura uma nova etapa na concorrência, iniciada desde o início de outubro de 2008, quando a comissão eliminou três empresas que desejavam participar da seleção, dentre elas a empresa russa Rosoboronecexport, que concorria com o caça Sukhoi SU 35, considerado o melhor entre os pilotos. Na ocasião, suspeitou-se que a eliminação da Rosoboronecexport ocorreu em função de pressões dos Estados Unidos que não queriam a presença russa em mais um país da América do Sul, tendo em vista a já existente parceria entre o governo russo e o governo de Hugo Chaves na Venezuela. Para Marcelo Ambrósio, do *Jornal do Brasil*, os Estados Unidos foram privilegiados na concorrência, pois há 06 meses antes que os russos fossem excluídos, americanos estiveram em Brasília e anotaram todas as necessidades da FAB, fazendo com que a Boeing apresentasse vantagens em termos operacionais. O Ministério da Defesa nega essas especulações. (*Jornal do Brasil – País – 31/10/2008*).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo integral de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Diego Barbosa Ceará (Redator, graduando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações

Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).